

anex 3

# O oráculo do rei

13 OUT 1988

Em 15 de novembro de 1986, o Brasil deu ao Congresso, eleito diretamente e dentro de regras eleitorais claras e livres, o poder de escrever um documento capaz de consagrar o pacto político da sociedade na construção do regime mais conveniente ao País: a nova Constituição da República. Promulgado no dia 5, o texto constitucional pode estar cheio de defeitos, mas, por sua intrínseca legitimidade, é o estatuto que certamente vai conduzir os destinos da sociedade brasileira na direção da democracia pretendida por todos os segmentos sociais.

A realidade tem apontado numa direção inesperada e cheia de perigos. Terminado o trabalho da Constituinte, surge em cena a figura do consultor-geral da República, como uma espécie de eminença parda acima de todos os poderes, um oráculo sem cuja anuência nenhuma norma pode ser executada. A Nova República está instituindo, com os pareceres produzidos por Saulo Ramos em gabinete do Palácio do Planalto, uma figura originalíssima no nosso Direito Público: a do *ombudsman* com poderes especiais de

revisor de um texto produzido por um Congresso com legítimos poderes constituintes.

Para dispor de tal poder, o sr. Saulo Ramos não foi eleito, mas nomeado pelo presidente da República. Na nomeação deve ter pesado a longa relação de amizade com o chefe do governo. Apesar de o dr. Saulo Ramos ser advogado com banca relativamente famosa em São Paulo, não pode ser classificado como jurista. Se lhe falta a legitimidade do voto, dada ao Congresso com poderes constituintes, tampouco lhe é atribuída a autoridade do saber notório reconhecido por seus pares.

O acionamento da máquina de disparar pareceres instalada no gabinete do consultor-geral da República, no Planalto, é um verdadeiro acinte à ordem constitucional instaurada no Brasil. Até porque a leitura feita por Saulo Ramos dos dispositivos constitucionais obedece a uma óptica muito própria, a de seus chefes e companheiros de local de trabalho.

Um exemplo claro de tal distorção é a polêmica em torno do *habeas data*, dispositivo constitucional pelo qual é garantido a

qualquer cidadão brasileiro o direito de tomar conhecimento das informações coletadas a seu próprio respeito por instituições públicas especializadas. A consignação de tal prerrogativa na Carta Magna pode parecer desnecessária numa sociedade acostumada ao império da lei, mas, no Brasil, onde é longa e trágica a experiência com regimes discricionários, que usaram o sigilo das informações como instrumento de poder e força, trata-se de um mecanismo de liberdade essencial.

No entanto, investido do poder de interpretar a seu modo a Constituição, o consultor-geral da República produziu um cartapácio de 28 laudas para justificar uma intolerável limitação a esse direito. Segundo seu parecer, o dispositivo constitucional, cristalino em sua essência, tem necessidade de legislação complementar para, enfim, adquirir valor jurídico. Dessa forma, o que antes era considerado sigiloso, por decisão unilateral dos oficiais lotados no Serviço Nacional de Informações (SNI), continua a ser guardado sob sete capas por unilateral decisão do burocrata en-

carregado de interpretar o texto constitucional.

Não satisfeito com o poder de que foi investido sem participação da sociedade, o consultor-geral da República até se deu ao luxo de transferir uma parte a outro funcionário público, também escolhido por decisão pessoal do presidente da República e não pela vontade soberana da Nação, por via eleitoral: o chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. A ele, o parecer de Saulo Ramos deu o poder de decidir se o cidadão deve ter ou não acesso a determinada informação, apesar de a Constituição já lhe ter assegurado esse direito.

Qualquer democracia fundamentada nos pareceres de um burocrata nomeado carece de bases sólidas para se sustentar e de seiva vital para sobreviver. Se o presidente Sarney resolver cumprir à risca sua decisão, tornada pública, de honrar a nova ordem constitucional, sua primeira obrigação é estancar imediatamente a fúria interpretativa de seu leal funcionário e fiel amigo. Numa república democrática, não há lugar para oráculos do rei.